



INCLUSÃO ESCOLAR: A coletividade no processo de aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais específicas

Miriam Fernanda dos SANTOS¹; Aline E. L. MENDES²; Simone C. P. de LIMA³; Benedita C. V. DIAS⁴; Débora. F. M. SOUSA⁵; Diéssica A. C. GOULART⁶.

RESUMO

A inclusão escolar desempenha um papel essencial na vida dos estudantes, garantindo que todos e todas tenham acesso a uma educação de qualidade e recebam o apoio necessário para atender às suas necessidades educacionais específicas. Para que o ambiente escolar seja verdadeiramente inclusivo, é essencial que diversos fatores estejam presentes e sejam cuidadosamente considerados. A sociedade, que deve respeitar, acolher as especificidades de cada indivíduo, de forma a tornar a inclusão efetiva e eficaz. O presente trabalho tomou como foco a importância desse papel, com um relato de experiência vivenciado pelas professoras do AEE no NAPNE do Instituto Federal Sul de Minas *campus* Muzambinho. Relata-se, neste trabalho, o acolhimento de uma turma a dois alunos ingressantes com necessidades educacionais específicas que foram amparados e acolhidos por todos os colegas de sala, isso fez com que eles se sentissem pertencentes ao lugar, com permanência e com alegria de vivenciar grandes momentos de aprendizagem e socialização com os demais.

Palavras-chave: Equidade; Respeito; Napne; Pertencimento.

1. INTRODUÇÃO

É praxe que as transformações não se esquivam das instituições educacionais, visto que a sociedade e escola se interdependem e se inter-relacionam. Devido a este fato, vale ressaltar que as mudanças sociais interferem na organização escolar e vice-versa.

Assim como ressaltado por Mantoan (2002), mesmo que no inconsciente, estamos propensos a mudar e ser mudado, pois “ocorre que, saibamos ou não, estamos sempre agindo, pensando, propondo, refazendo, aprimorando, retificando, excluindo, ampliando segundo paradigmas” (p.11).

Os paradigmas, por sua vez, de acordo com Bebrems e Oliari (2007), são definidos por caracterizar a maneira na qual interpretamos o mundo e suas ocorrências. Estas lentes não são estáticas, posto que o conhecimento se renova a cada pesquisa e a cada descoberta, alterando a maneira de se pensar o que é ou não adequado para cada situação.

¹ Professora do AEE do IFSULDEMINAS - *Campus* Muzambinho. miria.santos@muz.ifsuldeminas.edu.br.

² Professora do AEE do IFSULDEMINAS - *Campus* Muzambinho. aline.mendes@muz.ifsuldeminas.edu.br.

³ Professora do AEE do IFSULDEMINAS - *Campus* Muzambinho. simone.lima@muz.ifsuldeminas.edu.br.

⁴ Professora do AEE do IFSULDEMINAS - *Campus* Muzambinho. benedita.dias@muz.ifsuldeminas.edu.br.

⁵ Professora do AEE do IFSULDEMINAS - *Campus* Muzambinho. debora.sousa@muz.ifsuldeminas.edu.br.

⁶ Professora do AEE do IFSULDEMINAS - *Campus* Muzambinho. diessica.goulart@muz.ifsuldeminas.edu.br.

Deste modo, percebe-se que a forma na qual a ciência entende as ações de ensinar e aprender na escola também se transfigura com o passar da historicidade. Nas últimas décadas, esta transgressão tem impactado as instituições de ensino, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos práticos.

Em concordância com Mantoan (2002), entendemos neste trabalho, que a ideia de uma escola inclusiva aparece como uma mudança de paradigma. Requer dos teóricos, pesquisadores, professores e demais agentes educacionais, um novo olhar para os espaços escolares, exigindo pesquisas e formações (iniciais e continuadas) voltadas para esta maneira diferente de se pensar e de se fazer a educação. Com isso, impulsiona-os à valorizar a diversidade humana e as subjetividades pertencentes a cada aluno e aluna.

Essa forma de compreender o conhecimento como construção coletiva, contribui para a libertação e para o pensamento crítico dos educandos e das educandas. Posto que, desvestindo-se da ideia de que há pessoas que sabem mais que outras, percebe-se a capacidade humana de aprender e ensinar uns com os outros. Nesse sentido, os professores e professoras são instigados a aprender enquanto ensina, e não a se fechar para as novas concepções.

2. MATERIAL E MÉTODOS

As ações inclusivas desenvolvidas com dois estudantes com necessidades educacionais específicas atendidos pelo NAPNE (ambos do curso Técnico Subsequente em Agropecuária), evidenciaram a pertinência do acolhimento e do respeito por parte dos colegas de classe para que todos e todas sintam-se, verdadeiramente, pertencentes à escola.

As metodologias pensadas para este caso em questão, abrangeram: atendimento individualizado na sala do AEE, a fim de ajudar na organização da rotina acadêmica dos estudantes. Para registrar os acontecimentos referentes à vida acadêmica, utiliza-se o SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), que é alimentado periodicamente com ações a serem realizadas.

Vale ressaltar que para documentar as adequações indispensáveis para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem do aluno, deve ser preenchido, pela equipe pedagógica, o PEI (Plano Educacional Individualizado).

Com relação ao aluno, a concepção inicial era de que a inclusão escolar pressupõe o acolhimento à diversidade humana, tem como pressuposto a aceitação das diferenças individuais e a equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. Nesse contexto, o eixo norteador das ações era o princípio da isonomia, o que implicou no fato de que qualquer adequação e modificação do currículo só foram efetuadas quando necessário. (Capellini; Mendes, 2007, p.120)

Além dessas metodologias, foram realizadas ações de sensibilização e orientação aos demais alunos e alunas do curso, com o intuito de pensar, coletivamente, as adequações necessárias para

assegurar que os estudantes atendidos pelo NAPNE possam participar de forma ativa e aprender com qualidade, entendendo que “incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.” (Mantoan, 2002, p.30).

Indo ao encontro dessa afirmação, ressalta-se neste relato de experiência a receptividade e a postura inclusiva dos colegas de turma que, desde o início do ano letivo, mostraram-se respeitosos às singularidades dos dois educandos.

Para resguardar a identidade dos dois alunos que serão o foco deste relato de experiência, escolheu-se pseudônimos para serem usados durante os escritos, sendo eles: Eduardo (que está no Transtorno do Espectro Autista) e Joana (que possui dislexia, alteração comportamental, disfasia, dismetria, ataxia de marcha e diagnóstico de sequela de hipóxia perinatal).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como postulado nos dizeres acima, as mudanças ocorrem em grande parte dos espaços sociais. Dentre os avanços dos direitos da pessoa com deficiência, vivenciamos, em 2025, no IFSULDEMINAS *Campus* Muzambinho, um marco para a transformação da instituição e de sua forma de encarar e proporcionar a efetiva participação e inclusão dos alunos e alunas com necessidades específicas.

Este relato foca suas discussões em uma turma do curso Técnico em Agropecuária Subsequente. Neste sentido, foram pensadas estratégias para a participação dos estudantes Joana e Eduardo nas atividades teóricas e práticas.

Dentre estas adequações, percebeu-se a necessidade de uma professora de apoio para acompanhar as atividades pedagógicas e educacionais destes alunos. Além disso, é evidente que a maior parte dos docentes estão sendo colaborativos no trabalho com os discentes, envolvendo-os nas atividades em sala, escalas de trabalhos, atividades em laboratórios e trabalhos de campo. Entretanto, alguns são mais resistentes e encontram maiores dificuldades para realizar adaptações, demonstrando a necessidade de formações continuadas no decorrer da carreira, porque, como referido por Mantoan (2002),

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (p. 20)

Em vista disso, percebe-se a complexidade para realizar as adequações pedagógicas para cada aluno e para cada aluna. Cada sujeito carrega em si especificidades únicas, exigindo dos

docentes um olhar atento e sensível para diferenciar as ações e viabilizar a acessibilidade e a equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Sabe-se, então, da importância de haver reformulações curriculares que contribuam para a inclusão do indivíduo na instituição educacional. No tocante da Educação Inclusiva, o artigo VI da Lei 13.146/15, instituída na Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, ressalta:

VI – adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Nota-se que os alunos e alunas da sala em que Joana e Eduardo estão matriculados, são colaborativos e os incluem nas atividades em grupo, nos momentos de socialização em sala e fora dela e, também, em tarefas individuais em que Joana e Eduardo apresentam dificuldades.

Diante do exposto, percebe-se que a coletividade e a união entre estudantes, professores regentes, professoras de AEE, membros e coordenação do NAPNE é crucial para um campus inclusivo que respeita e valoriza as diferenças.

4. CONCLUSÃO

Considerando os fatos apresentados, apesar de os estudantes não terem finalizado o curso na instituição, percebe-se o progresso significativo dos alunos, com destaque para uma melhor socialização e aprendizado na vida escolar. O respeito, empatia e incentivo está sendo crucial para a participação escolar dos estudantes.

A instituição constrói ações e estratégias que assegurem a participação e a qualidade na educação. Não se limita só na presença física do estudante, mas sim no sentimento de pertencimento, respeitando as singularidades de cada um. A inclusão é um trabalho coletivo, de respeito e valorização para um processo transformador.

REFERÊNCIAS

APELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar**. *Revista de Educação*, Bauru: UNESP, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul./dez. 2007.

BEBRENS, Maria Aparecida; OLARI, Anadir Luiza Thomé. **A evolução dos Paradigmas na Educação**: do pensamento científico tradicional a complexidade. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 53-66, set./dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf Acesso em: 24 jun. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003.